LUX JORNAL
A CRITICA
MANAUS-AM
11 JAN 1994
CIDADE
160
VIDE-VERSO

Garimpagem no rio Negro é avaliada

A abertura de uma área de 30 mil hectares para a atividade garimpeira traz preocupações com o meio ambiente e população

Terezinha Patrícia

A proposta de abertura de uma área de 30 mil hectares, situada entre a foz dos rios Marié e Cauaburis, região do rio Negro, a 700 quilômetros em linha reta de Manaus, feita por representação de várias entidades de garimpeiros, está sendo analisada no Instituto do Meio Ambiente e Desenvolvimento dos Recursos Naturais Renováveis (IMA), que avalia o Estudo do Impacto Ambientala (EIA).

Na apresentação do EIA, na semana passada, estiveram presentes representantes do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Semacto), Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Sedema), Federação Nacional dos Garimpeiros e Cooperativa dos Garimpeiros do Amazonas.

O presidente do IMA, Dimas Agostinho da Silva, disse que a autorização para a garimpagem depende dessa avaliação do Estudo de Impacto Ambiental. Ele apontou a necessidade de se evitar danos com a poluição do principal rio da região, responsável pelo abastecimento de um milhão de pessoas que moram em Manaus.

Luiz Vasconcelos

Günter: preocupação com a sobrevivência das populações indígenas

Atividade afetará 20 mil índios

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) está preocupado com a permissão que poderá ser dada para a garimpagem no rio Negro, por causa das populações indígenas - cerca de 20 mil - que habitam na região. Por outro lado há a questão social dos garimpeiros que deve ser discutiva, diz Gunter Kroemer, membro do Cimi/Norte I.

Na região do rio Negro há escassez de peixes, o que significa que a alimentação não é tão fácil. Com o aumento dos habitantes em virtude da garimpagem, a situação ficará mais crítica. A assessora jurídica do Cimi, Judite Moreira, diz que a autorização para a garimpagem no rio Negro, será um caminho aberto para os garimpeiros chegarem a reserva dos ianomamis. Ela observa que a Constituição Federal não admite a garimpagem em área indígena e mesmo que essa atividade seja feita nas proximidades interferirá na vida dos índios.

A proposta para a autorização de garimpos no rio Negro apresenta como argumento que isso vai dar um ordenamento a essa atividade. "Onde há garimpagem ordenada?", questiona Gunter, que considera que a permissão oficial agravará o conflito entre índios e garimpeiros.

Poluição — No número de dezembro passado do jornal "Movimento Indígena", editado pelo Cimi, os índios manifestam preocupação com a presença de dezenas de balsas nos afluentes do rio Içana. Os garimpeiros se instalaram nessa região após serem retirados pela Polícia Federal dos garimpos localizados ao longo do rio Caiaburis, próximo ao Parque Nacional do Pico da Neblina e Reserva Biológica dos Seis Lagos.

Segundo a reportagem do "Movimento Indígena" os garimpeiros estão poluindo os rios com mercúrio, afugentando os animais das margens dos rios e transmitindo várias doenças, principalmente a malária, doença que era praticamente inexistente na região.

190 152 367 7640 1478 11

LUX JORNAL | A CRITICA MANAUS-AM | 11 JAN 1994

CCA quer fazer monitoramento

O químico Almerélio Gonçalves Neves, professor do Departamento de Química da Universidade do Amazonas, diz que não é contra a garimpagem, mas está preocupado com a degradação ambiental, por isso é indispensável a conscientização dos garimpeiros. Ele acha também que a Universidade do Amazonas deveria fazer parte do conselho que está analisando a proposta para a garimpagem numa área do rio Negro. O diretor do Centro de Ciências do Ambiente (CCA) da Universidade do Amazonas, Antônio dos Santos, que vê a garimpagem como uma possibilidade, diz que vai lutar para que o CCA seja responsável pelo monitoramento dessa atividade no rio Negro.

Há mecanismos para evitar a propagação do mercúrio utilizado pelos garimpeiros, segundo Almerélio, que cita um dispositivo fechado - capela - que reteria o mercúrio no momento em que esse elemento estiver sendo queimado. Além de não degradar o meio ambiente, a contenção do mercúrio propiciaria seu reaproveitamento, ressalta o professor.

Não há perigo de poluição do rio Negro pelo mercúrio, se ele for queimado em ambiente fechado, segundo o químico Antônio dos Santos, dizendo que é possível fazer garimpagem sem colocar o mercúrio no meio ambiente. Hoje há na Amazônia cerca de 500 mil garimpeiros trabalhando desordenadamente, segundo estimativa de Santos, que vê no projeto das entidades representativas dos garimpeiros uma solução para o problema, uma vez que haverá selecionamento de pessoal, equipamentos e tecnologia.

Antônio dos Santos acredita que o licenciamento do órgão estadual do meio ambiente, o IMA deverá sair em 90 dias. Depois disso é preciso uma portaria de lavra emitida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), daí o projeto poderá ser colocado em execução. Apesar de apostar na viabilidade dessa atividade, Santos alerta para a necessidade de um monitoramento contínuo e permanente e candidata a Universidade do Amazonas através do CCA para comandar esse monitoramento. Santos que não vê perigo no mercúrio, diz que o lixo produzido pelos garimpeiros não pode ser jogado no rio. Ele vê como indispensável a realização de cursos de educação ambiental para os trabalhadores e diz que na área deverá existir uma base de apoio para as entidades que queiram fiscalizar a atividade.

Normandy Littell

Santos: "A Universidade do Amazonas deve acompanhar"

Mercúrio é perigo para as águas

A Fundação Vitória Amazônica, uma organização não governamental (ONG), não é contra a garimpagem, mas alerta para os riscos que essa atividade poderá trazer, se não forem tomadas as medidas necessárias. "Manaus depende da água do rio Negro", diz o diretor executivo da ONG, Carlos Miller que está acompanhando as discussões envolvendo uma proposta de várias entidades representativas dos garimpeiros para a garimpagem no rio Negro, numa faixa de 30 mil hectares, a 700 quilômetros em linha reta de Manaus.

Com três anos de atividades, a Fundação Vitória Amazônica tem projetos de conservação da natureza na bacia do rio Negro. Em fevereiro do ano passado a ONG acompanhou uma expedição do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) na área pretendida para a garimpagem. Miller diz que os estudos constataram que a ação do mercúrio no rio Negro é mais danosa que em rios como Madeira e Tapajós, pela composição bioquímica da água (muito ácida). "Quanto mais ácida é a água, maior é a ação do mercúrio", enfatiza ele. Além da população de Manaus que estaria em risco com a possível contaminação do rio Negro, Miller cita outras cidades como Novo Airão, Barcelos e Santa Izabel do Rio Negro.

A utilização do mercúrio pelos garimpeiros não é a única preocupação de Miller, que também fala nos resíduos sólidos (lixo) e outros problemas comuns nos garimpos: prostituição e malária. Para ele o projeto para exploração deverá envolver instituições de saúde, saneamento básico para assegurar o bem-estar da população da área. Ele lembra que na área habitam populações indígenas. E não basta apenas fazer a proposta de exploração, os interessados devem provar que obedecerão a todas as condições básicas e discutir esse projeto com a sociedade civil.

Miller diz que quando esteve na área no início do ano passado havia garimpeiros lá. "O garimpo precisa ter uma solução, pois do jeito que está hoje é inaceitável", afirma ele acrescentando que o projeto piloto apresentado pelas entidades representativas dos garimpeiros poderia ser uma idéia interessante, mas é insuficiente.